

HISTORIOGRAFIA

Sérgio Buarque de Holanda: a recusa das raízes ibéricas

José Carlos Reis/UFMG

Um “Intelectual Feliz”

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em 1902, em São Paulo, quando Euclides da Cunha publicava “Os Sertões”. E faleceu em 1982. Ele era filho de um migrante pernambucano com formação na área de saúde. Seu pai era funcionário do Estado de São Paulo - professor de Botânica na Escola de Farmácia e Odontologia e trabalhou também no serviço sanitário do Estado. Ele criou a sua família com o seu “ordenado”. S. B. de Holanda teve provavelmente uma vida modesta, tendo talvez o essencial, sem “passar falta”. Assim como Capistrano, ele sofreu o autoritarismo paterno e ambos talvez tenham se tornado o que foram “reagindo contra a lembrança desse autoritarismo”. (Cf. Vários Autores (1992) : 19) S. B. de Holanda pelo menos explicitou este sentimento; Capistrano amargou-o em silêncio. Diferentemente de Capistrano, S. B. de Holanda teve uma vida sobretudo urbana, sem as desvantagens do isolamento rural. Teve uma formação escolar formal e regular. Desde a infância, ele afirma, apreciava a leitura e a escrita. Tinha um gênio artístico: escrevia prosa e verso, tocava piano, compunha valsas, gostava de dançar. Sua formação superior foi em Direito, embora não tenha depois exercido a profissão. Boêmio, vivia em rodas de amigos intelectuais pelos bares. Começou a sua carreira como crítico literário e jornalista. Nestas atividades, viajou pela Europa inúmeras vezes e permaneceu um ano na Alemanha e outros anos na Itália. Quando esteve na Alemanha, em 1929, como jornalista, entrevistou intelectuais, seguiu cursos de Meinecke, leu Sombart e Weber, conheceu a literatura alemã (Vários Autores (1992); Iglésias (1991); Dias (1986))

S. B. de Holanda é um outro “milagre de formação”. Segundo os seus biógrafos e analistas, ele possuía uma enorme erudição em ciências sociais, literatura e artes, apesar de ser indisciplinado e boêmio. Ainda na Alemanha, ele pensou em escrever um livro

sobre o Brasil e escreveu mesmo um volumoso texto ao qual deu o título de "Teoria da América", que não publicou tal como escreveu. Este texto volumoso deu origem a um dos textos mais curtos, sintéticos, da historiografia brasileira: *Raízes do Brasil*, que antes teria o título de *Corpo e Alma do Brasil - Ensaio de Psicologia Social*. *Raízes do Brasil* foi publicado em 1936, um bom tempo depois do seu retorno da Alemanha. Aqui, ele divulgará o "historicismo alemão" em suas pesquisas históricas, particularmente em "Raízes...", onde ele se mostra em grande parte weberiano, e em um consistente ensaio sobre Ranke (Iglésias (1991); Dias (1986))

Filho de funcionário público, S. B. de Holanda tornou-se também funcionário público: professor da Escola de Sociologia e Política, de 1947 a 1955, e da Universidade de São Paulo, de 1958 a 1969. Além de se dedicar ao ensino, escreveu vários outros livros importantes: "Caminhos e Fronteiras"(1957), "Visão do Paraíso"(1959), dirigiu e escreveu nos primeiros volumes da coleção "História Geral da Civilização Brasileira" (1960/1972), além de inúmeros artigos de jornal e revistas especializadas. Esteve nas principais universidades dos Estados Unidos, Itália, Chile e outros países oferecendo cursos e palestras. Pesquisou nos arquivos de Portugal, do Vaticano, Nova Iorque, Paris e outros. Sua vida intelectual foi muito intensa - ele era muito requisitado pelas universidades nacionais e estrangeiras, museus nacionais, bibliotecas, editoras, organismos nacionais e internacionais. Além disso, gozava de enorme prestígio intelectual no Brasil, jamais sofreu perseguições graves, exclusões, nem nos anos 60; pelo contrário, sempre foi protegido e exaltado pelos seus pares da USP. (Iglésias (1991); Dias (1986)) Fora o seu estilo digressivo e sua dicção difícil, que tornava provavelmente suas palestras e cursos menos atraentes, S. B. de Holanda parece ter sido um "intelectual feliz" - pode fazer tudo o que pretendeu, obteve sempre os recursos necessários, publicou obras muito importantes, que não criaram polêmicas e tensões graves, e é sempre lembrado como o "modelo de historiador brasileiro".

S. B. de Holanda e os Anos 1930

Em 1922, a Semana de Arte Moderna, da qual S. B. de Holanda não participou diretamente, mas indiretamente, divulgando as suas propostas em suas revistas "Klaxon" e "Estética", havia aprofundado o esforço de "redescoberta do Brasil" que Capistrano

de Abreu e a sua geração, dos anos 1900, haviam iniciado. (Filho (1987)) A década de 20 pode ser caracterizada pela erupção constante de críticas e oposições à sociedade oligárquica. Os anos 1930 são anos de intenso debate político, época de radicalização ideológica e política. Percebe-se, então, mais nitidamente, a distância entre a sociedade civil e o Estado, entre o Brasil real e o Brasil legal, entre a “realidade brasileira” e as idéias importadas para que ela “não fosse conhecida”. Nos anos 30, a “realidade brasileira nua e crua” tornou-se a questão chave de um pensamento brasileiro que se quer “puro e duro”. Todos os intelectuais querem decifrar o enigma do Brasil e interferir na produção do seu futuro. Discutiu-se, então, a identidade nacional brasileira, os obstáculos ao seu desenvolvimento e progresso, as formas de vencer o “atraso horroroso” (Filho (1987)).

O Estado saído da Revolução de 30 passou a investir em educação superior, para a formação de quadros e para o debate mais aprofundado dos problemas do Brasil. O ensino secundário e superior, que era dominado pela Igreja, foi cedendo lugar ao ensino leigo. As classes médias são incorporadas às Faculdades recém-fundadas de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como a da USP. No ensino e pesquisa de história, o IHGB perdeu sua influência, que se torna agora da universidade quase que de forma absoluta. (Iglésias (1991); Mota (1978)) Sob a influência da universidade, a história se aproximou das ciências sociais, e quer pesquisar a “realidade brasileira” em seus aspectos econômico-social-mental e não mais só político. Estas mudanças no conhecimento histórico e social refletem as mudanças significativas que ocorrem na sociedade. A sociedade é mais complexa, possui novos e atuantes sujeitos sociais. A urbanização, palco das ações desses atores, se acelera. O Brasil fazia a transição de uma sociedade baseada na economia agropecuária para uma sociedade dominada pelo capitalismo industrial, com os seus sujeitos característicos: a burguesia, o proletariado e as classes médias. Nos anos 30, portanto, há uma crise aguda da ordem oligárquica. A revolução de 30 não foi longe o bastante para romper com a organização social vigente, mas a abalou e pôs em xeque a validade das interpretações do Brasil produzidas quando ela era ainda incontestável. (Ianni (1989 e 1994); Mota (1978)) Tais interpretações já estavam sendo invalidadas pela corrente dos “redescobridores do Brasil” anteriores a 1930: Capistrano e sua geração, a Semana de Arte Moderna e o Partido Comunista do Brasil e alguns movimentos militares. Pós-30, a história não

poderia mais ser aquela do IHGB, que tratava do Estado e dos grandes feitos dos grandes vultos brancos das elites.

Houve, então, uma espécie de precipitação das crises do passado. As correntes de pensamento tornaram-se mais claras, explícitas, pois mais radicais. É uma época fecunda para o pensamento social brasileiro. Vários clássicos da historiografia brasileira foram publicados, então, usando ainda teorias importadas, americanas e européias (Simmel, Weber, Franz Boas, Marx). O pensamento brasileiro parece mais adequado à realidade brasileira, ele é mais contemporâneo do tempo histórico brasileiro. As principais interpretações do Brasil moderno que foram construídas, nos anos 30, tinham uma compreensão mais exata do país: analisam a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, as relações entre a burguesia brasileira e o capitalismo associado, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a formação do povo e a multiplicidade racial, a modernidade e a tradição. Os anos 30 realizavam o que em 1922, data das comemorações do centenário da Independência, se intuiu: a necessidade de se abordar o Brasil sem complexos, sem ceticismo, com confiança. O Brasil precisava ser conhecido em suas peculiaridades: desigualdades regionais, heterogeneidade étnica, heranças do escravismo, a imigração, o peso das oligarquias, o predomínio do privatismo sobre a vida pública, o personalismo nos partidos políticos, a conquista da cidadania. (Ianni (1989 e 1994))

Se, durante o século XIX, a realidade social excluía e o pensamento a legitimava, agora, a realidade continua excluindo, mas sem a legitimação cúmplice do pensamento brasileiro, que passou a defender a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo tipo, enfim, de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, que deverão ser integrados à sociedade brasileira, no futuro. O Brasil não teria futuro excluindo a sua própria população do gozo dos direitos da cidadania. Os intelectuais brasileiros, em suas várias tendências, só se dividem quanto às estratégias para a realização desse projeto, que é comum à maioria deles. *O Brasil precisa mudar e não poderia continuar mais na mão dos seus conquistadores. Se os conquistadores do Brasil e seus descendentes dominaram sem contestação no passado, nos anos 30, a contestação se radicaliza - o Brasil precisa ser "redescoberto" e reconstruído pela sua própria população. O futuro deverá ser radicalmente diferente do passado. O grande tema dos "redescobridores do Brasil" será*

o da “revolução brasileira”: sujeitos, alianças, época, processos, resultados, revezes, possibilidades...(Ianni (1989 e 1994)) S. B. de Holanda será um dos pensadores da “revolução brasileira”, seguindo a trilha de Capistrano de Abreu.

S. B. de Holanda, Dilthey e Weber

A interpretação do Brasil de S. B. de Holanda tem raízes no pensamento alemão moderno, que ressalta o particular, o único, a especificidade temporal de cada realidade histórica. Ele está interessado em conhecer o Brasil em sua singularidade. Embora use uma teoria importada, ele a usa de forma original e criativa. Aliás, a própria teoria proíbe a aplicação de conceitos e análises feitas para outros lugares históricos em lugares históricos diferentes. Ele procurará destacar, através da comparação, da criação de tipos ideais, os traços peculiares do Brasil, reconstruirá aspectos do processo de formação da sociedade e da mentalidade dos brasileiros em suas mudanças, em seu devir, libertando-se de esquemas teóricos e preconceitos. (Dias (1986))

Seu estilo elegante e refinado é às vezes mais eficaz do que conceitos muito precisos e rígidos na apreensão dos ritmos da vida brasileira. Sua narração é capaz de reconstituir o espírito de uma época. Ele usa e recria a linguagem das fontes. A sua obra é ao mesmo tempo racional, conceitual, documentada, interpretativa, erudita, objetiva e intuitiva, literária, artística. Diltheyano e weberiano, S. B. de Holanda distingue o conhecimento da natureza do conhecimento da sociedade e realiza a “compreensão empática” adequada ao conhecimento do mundo social. Sua história inclui-se na “sociologia compreensiva” de Weber: interpreta sinais, articula os meios e fins de uma ação, recria a situação em que as escolhas foram feitas, procura pôr-se no lugar dos seus personagens. A história não precisa recorrer a leis para compreender e “fazer compreender” os seus objetos de investigação. Ela compreende singularidades - sua lógica é teleológica, isto é, a história estuda os homens em sua ação e esta ação não se submete a leis gerais, mas a fins, e precisa ser compreendida em sua individualidade. O historicismo compreende o mundo humano por uma abordagem individualizante e não generalizante. (Reis (1996); Iglésias (1991); Dias (1986))

Há uma polêmica sobre qual teria sido o primeiro intelectual brasileiro a ter se utilizado de Weber em sua análise do Brasil. Corrêa Dias afirma ter sido Emílio Willems em seu artigo

“Patrimonialismo e Administração” publicado em 1945 na Revista de Administração Pública. (Corrêa Dias (1974) V. Chacon considera Otto Maria Carpeaux o primeiro weberiano brasileiro, ao publicar em 1942 longo ensaio sobre Weber e a sua “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. (Chacon (1977)) Entretanto, se se admite a orientação historicista, em geral, e weberiana, em particular, de S. B. de Holanda em *Raízes do Brasil*, parece-nos que ele, se não foi o primeiro a se utilizar de Weber, recebeu bem antes e mais profundamente a sua influência do que Willems e Carpeaux mencionados. Chacon se refere também ao uso de Weber por G. Freyre, em 1933, em *Casa Grande & Senzala*, quando discutiu as relações entre o calvinismo, o judaísmo e o catolicismo. Freyre também é considerado historicista, com influências de Dilthey, Simmel, Weber e Franz-Boas. (Chacon (1986))

Entretanto, S. B. de Holanda parece ter conhecido Weber antes mesmo de G. Freyre, em 1929, quando esteve na Alemanha. Ou pelo menos o conheceu mais diretamente e não através de uma formação nos EUA. *Raízes do Brasil* tem páginas inteiras inspiradas em Weber. A sua discussão do Estado brasileiro, das relações entre o público e o privado, a sua proposta de uma separação radical entre estas esferas e a da modernização do Estado, que se tornaria mais racional e burocrático, mais eficaz na administração pública, são visivelmente weberianas. Há ainda os tipos ideais do “trabalhador” e do “aventureiro”, do “ladrilhador” e do “semeador”, “do homem cordial” e do “homem polido”, a análise comparativa da mentalidade ibérica com a europeia, das mentalidades portuguesa e espanhola na América, os conceitos de dominação patrimonial e burocrática/legal. *Raízes do Brasil* é quase integralmente weberiano. Até o sentido da “revolução brasileira” seria weberiano: uma racionalização progressiva da sociedade tradicional, dominada por valores afetivos, familiares; uma modernização baseada na separação entre o afetivo/privado e o racional/público. A modernização representaria uma “mudança de mentalidade” e um estabelecimento de regras universais que atingissem a todos, independentemente da sua origem familiar e de suas relações pessoais e políticas. Uma sociedade moderna não possui “privilegiados”, pessoas mais queridas ou mais detestadas do que outras, não prefere e não persegue: ela está racionalmente submetida a regras e organizada no sentido da eficácia administrativa e produtiva. (Cf. Weber (1992))

Toda a sua visão do Brasil se assenta na teoria social weberiana e, talvez, de forma mais rigorosa e conseqüente, pela primeira vez no Brasil. Seu historicismo aparece em seus temas principais: a “cultura européia”, a “cultura ibérica”, o “caráter” português, espanhol, brasileiro, a “alma comum” brasileira/ibérica, as “determinações psicológicas” da experiência colonial, a “mentalidade” patriarcal e cordial, o “espírito” da dominação portuguesa, a “mentalidade” urbana e moderna, o “comportamento” familiar e público, os tipos e conceitos e não leis históricas. Sua abordagem da história é “psicológica”; ele quer apreender a “vida humana brasileira e ibérica” pelo seu interior, quer recriá-la e revivê-la. (Dias (1986))

Nos anos 30, a radicalização política levou vários intelectuais brasileiros ao fascismo e ao comunismo, ao catolicismo exaltado, ao estatismo positivista, autoritário. S. B. de Holanda manteve-se em uma posição sempre mais branda, evitando exaltar-se à esquerda. Uma posição branda, mas nítida. Ele era crítico em relação às noções de legados, tradições, nação, raça. Embora historicista, isto é, embora valorizasse as tradições e a cultura brasileira que se constituiu no passado, em relação ao passado e a esta tradição e cultura, ele queria conhecê-los para esquecê-los, superá-los dialeticamente, para impedi-los de agir sobre o inconsciente brasileiro. Ele também era brando teoricamente: evitava determinismos cientificistas, materialistas, climáticos ou biológicos. Na história, não há leis, causalidades mecânicas, etapas de desenvolvimento da humanidade universal. O que há no passado é o devir das formas peculiares e específicas de cada povo. (Iglésias (1991); Cândido (1976))

Nos anos 30, o Brasil vivia impasses graves e as teorias e idéias políticas se “engrossavam”. Sua intervenção no grande debate da época será feita através de *Raízes do Brasil*, que é uma obra eminentemente política. O povo brasileiro, como em Capistrano, é o personagem central. Sua visão da história do Brasil não é aristocratizante, senhorial, elitista. Ele parece não apreciar chefes carismáticos. O caudilhismo, ele o vê como um empecilho à modernização do Brasil. O protagonista da sua história é o povo anônimo em seu cotidiano, em sua vida repetida, sem grandes eventos. (Iglésias (1991)) Seu olhar sobre o passado é contrário ao de G. Freyre: ele não o idealiza, não lamenta a perda da glória das oligarquias. Ele prefere o Brasil que se constituía, contra aquele passado, nas cidades, com os seus novos sujeitos e sua nova mentalidade. O olhar de S. B. de Holanda

sobre o passado brasileiro é o do homem urbano, recentemente emergente. É o do homem médio das cidades, que teme a violência conservadora dos senhores rurais e a violência revolucionária do escravo ressentido. Seu desejo é o de uma organização racional da sociedade, onde todos possam encontrar o seu lugar e se exprimir em sua originalidade segundo regras universais e consensuais. Um mundo sem senhores e sem escravos, habitado por “cidadãos”.

Raízes do Brasil é uma síntese interpretativa da trajetória brasileira que discute o seu presente e futuro, acertando as contas com o passado. S. B. de Holanda desvenda no presente as “sobrevivências arcaicas”, ainda ibéricas, que precisariam ser superadas. Ele quer identificar os obstáculos que entravam a modernização política e econômico-social-mental do país. Estes obstáculos estão ligados às nossas raízes ibéricas, que devem ser recusadas e cortadas. O “mundo que o português criou” não interessa ao Brasil, que deve criar o seu próprio mundo e para fazê-lo terá que romper com o seu passado português. A crise brasileira dos anos 30, aliás, a eterna crise brasileira, foi criada já em Portugal no século XVI. Não é a miscigenação o nosso mal; nosso mal é nossa herança portuguesa. Infelizmente, segundo ele, a miscigenação não nos diferenciou tanto assim do português. É por isso que ele se refere tão pouco a índios e negros: estes não foram tão eficazes sobre a história do Brasil ou pelo menos o suficiente para contrabalançar a eficácia portuguesa. Esta foi quase absoluta, infelizmente, para os brasileiros. O Brasil é mais português do que gostaríamos que fosse. Somos sobretudo neo-portugueses e devemos nos tornar pós-portugueses, isto é, “brasileiros”.

A Obra: “Raízes do Brasil”

S. B. de Holanda começa *Raízes do Brasil* constatando o grande obstáculo para a construção de uma identidade e projeto brasileiros: nossa representação do que somos não se refere à realidade do que somos. Para ele, a implantação de uma cultura européia nos trópicos, em um ambiente estranho à sua tradição, é o fato mais importante na origem do Brasil. Desde então, nossa cultura - instituições, idéias, formas de convívio - vieram de um outro lugar e não se adaptaram aos trópicos. Vivemos nos trópicos sem uma cultura adequada, própria, tropical. Participamos do desenvolvimento da cultura de

um outro lugar. Nossas representações da nossa história são diferenciadas até ao ridículo do nosso tempo social específico e concreto. Entre o conhecimento do Brasil e a realidade brasileira há uma defasagem abissal: pensamos com idéias inadequadas à nossa realidade social, idéias que ao invés de facilitarem nossa relação com a realidade, a impedem.

Se é assim, como podemos fazer projetos para o futuro? Se não estamos sintonizados com o nosso tempo histórico específico, com o nosso passado e presente, como planejar, agir e construir o futuro? Para inventar um futuro é preciso saber quem somos e gostar do que somos e, para isso, será preciso reconhecer nossas raízes ibéricas. A construção de uma “sociedade nova” exige a adequação do pensamento à realidade; esta adequação pressupõe um reencontro com a nossa história. É o que ele fará: para pensar o que o Brasil deverá ser, ele discutirá o que somos, de onde viemos, de que espírito fomos feitos. E quando o pensamento encontra a realidade, o diagnóstico é simples e duro: somos “neoportugueses”! O que isto significa?

Os portugueses da época do descobrimento não eram europeus plenos, argumenta S. B. de Holanda. Isto é: o tipo de sociedade de onde vinham não era nem europeu e nem africano ou árabe, mas um tipo original. Eles viviam em um território fronteiro entre a Europa e a África e são meio europeus, meio africanos/árabes. A sociedade portuguesa integrou-se tardiamente à Europa. É uma sociedade que se desenvolveu à margem da Europa. Por essa razão, a mentalidade portuguesa é original - seu caráter é indeciso, impreciso. Se se compara ibéricos e europeus - e aqui S. B. de Holanda não distingue ainda portugueses e espanhóis - percebe-se diferenças profundas. O caráter ibérico desenvolveu o culto da personalidade. Cada indivíduo vale por seu mérito próprio e não pelo nome herdado. São reconhecidos os indivíduos independentes, corajosos, auto-suficientes, fortes fisicamente, sobranceiros, heróicos. Os valores desses indivíduos são a honra, a fidelidade, o livre arbítrio, a fidalguia. O resultado trágico dessas disposições ibéricas: a frouxidão da estrutura social, das associações que impliquem em solidariedade e ordem. Os ibéricos recusam toda hierarquia, a coesão social e tendem ao individualismo anárquico. Rejeitam o trabalho manual, pois este exige a dedicação a algo exterior. Especulativos, apreciam o ócio e se sentem “nobres” por isso. O indivíduo não quer alterar o mundo social, que nem mesmo reconhece e identifica. Ele não aceita ser dominado por um objeto

exterior. Só são solidários entre si por motivos afetivos e só se submetem pela obediência. Em uma “terra de barões” não são possíveis acordos duráveis, a não ser por uma força exterior querida e temida. Há necessidade do líder carismático, que reúne mítica e despoticamente. Eles o aceitam para por ordem em seu natural anárquico e o respeitam e aclamam apaixonadamente, pois cada um individualmente se identifica com ele. Ele realiza o sonho de cada um: ser individualmente de forma caprichosa e absoluta.

E porque tais características predominaram entre os ibéricos? Não foi por fatalidade biológica ou determinismo climático. Talvez seja porque foram eles os primeiros a se constituírem como nação, na Europa. Talvez, considera S. B. de Holanda, tenha sido seu êxito precoce uma das razões da persistência entre eles de hábitos da vida tradicional. A ascensão burguesa em Portugal não encontrou obstáculos intransponíveis. A burguesia não representou uma nova mentalidade, uma nova escala de valores. Ela se associou à nobreza e assimilou o seu modo de viver e valores. Cada burguês se sente nobre e exibe a sua fidalguia em seu vestuário, em sua recusa do trabalho manual, em seu ócio, em seus títulos comprados ao Estado. A hierarquia feudal, rígida na França, em Portugal não existia. As classes sociais não eram bem fixadas: todos eram fidalgos. A burguesia não implantou valores modernos - diligência, pontualidade, pertinácia, parcimônia, exatidão, solidariedade social. O sangue familiar, o nome, a herança não distinguem os indivíduos tanto quanto o seu próprio mérito e riqueza. Enfim: culto da personalidade, valores individualistas, ausência de uma moral do trabalho, resistência à regra social, à lei, tem como consequência uma sociedade dificilmente governável, pelo menos de forma democrática. Tal autarquia dos indivíduos, isto é, anarquia, só uma força externa pode organizar e dirigir. A liberdade excessiva substitui-se, com facilidade, a obediência cega.

Eis aí o que significa, para começar, ser “neoportuguês”. Esta é a nossa raiz ibérica, que nos impede de nos tornarmos uma nação moderna, racional na administração e na produção econômica e nas relações sociais. S. B. de Holanda rejeita vivamente tal origem: queiramos ou não, ele afirma, estamos associados a Portugal e temos uma alma comum. De lá nos veio a forma atual de nossa cultura. Nem o contato e mistura de raças fizeram-nos diferentes dos ibéricos como gostaríamos de sê-lo. S. B. de Holanda tem uma avaliação diferente deste espírito português da avaliação

de G. Freyre. Este considera que o tempo ibérico, sem pressa, sem regras, sem relógio, caprichoso, ocioso, que passa lentamente, expressa um grande gosto de viver, um prazer que não cede a imposições externas e que nem se preocupa em formular a resistência: simplesmente não se deixa enquadrar, ignorando prescrições, mandamentos, regras, imposições. E no brasileiro este espírito português se acentuou com a liberdade do indígena e a alegria do negro. Freyre tem saudade do espírito português. Quanto a S. B. de Holanda, ele quer extingui-lo do coração brasileiro! O Brasil precisa e quer mudar.

Foi, portanto, esta “cultura ibérica”, com estas disposições psicológicas, que conquistou os trópicos. Dadas estas características culturais, a exploração dos trópicos não será feita por um empreendimento metódico e racional. Será feita com abandono e desleixo. Fez-se apesar dos seus autores. Para melhor conhecer e analisar a colonização tropical ibérica, S. B. de Holanda constrói dois tipos: o do “aventureiro” e o do “trabalhador”. Segundo ele, são duas orientações gerais que se combatem na atividade dos homens. O tipo do “aventureiro”: o objetivo final é mais importante do que os meios; seu ideal é colher o fruto sem plantar a árvore. Ele ignora fronteiras, é espaçoso, invasor, ladrão, aceita riscos, ignora obstáculos e quando os encontra transforma-os em trampolins. São audazes, imprevidentes, criativos, ociosos e vêem longe. Querem a recompensa sem esforço. Não visam a estabilidade, a paz, a segurança pessoal. O trabalhador lhe parece estúpido e mesquinho. Este “tipo aventureiro” encarna-se em ladrões, traficantes, empresários desonestos, estelionatários, gente que “manda fazer” e explora o esforço do trabalhador. Entretanto, o “tipo aventureiro” não precisa se encarnar necessariamente nestes personagens que agem contra a sociedade. A audácia pode servir à sociedade e as que mais se destacaram foram as que souberam aliar de forma criadora “aventura e trabalho”.

O tipo do “trabalhador”: vê primeiro a dificuldade a vencer; está dominado pelos meios e é econômico, metódico, lento. Seu horizonte é mais curto, restrito. Realista, ele vê mais a parte do que o todo. Não tolera a ética aventureira, que é desestabilizadora e contrária à segurança e à paz. Estes tipos ideais, uma estratégia de conhecimento tipicamente weberiana, S. B. de Holanda os construiu para responder à desconcertante questão: como este povo ibérico com aquele caráter, mentalidade e espírito pôde colonizar?! Se mal podiam se administrar, poucos e em pequeno território, como puderam colonizar espaços enormes com

populações nativas inteiras? O uso daqueles tipos permitirá a compreensão da atuação dos ibéricos. Em sua expansão colonizadora, eles foram mais “aventureiros” ou mais “trabalhadores”? Tais tipos, por serem ideais, não existem concretamente tal como pensados. O aventureiro puro só existe enquanto tipo. Na prática, ele estaria misturado em algum grau ao tipo do trabalhador. Na conquista ibérica, ele responde àquela questão anterior, usando os tipos, o papel do “trabalhador” foi residual. Os portugueses puderam colonizar como “aventureiros” - só colheram os frutos da árvore encontrada. Vieram procurar prosperidade sem custo. Sem este espírito de aventura, a colonização não teria ocorrido. Graças a ele, os obstáculos encontrados tornaram-se trampolins.

Os portugueses foram de uma capacidade de adaptação excepcional. S. B. de Holanda retoma a tese de Freyre. A exploração agrária colonial não foi planejada, foi feita ao sabor das conveniências. Os aventureiros portugueses não fundaram uma sociedade agrícola: depredaram a terra. Eles fizeram uma exploração agrícola de baixa qualidade técnica, visando extrair riquezas do solo sem sacrifícios e poucos investimentos. Eles se adaptaram à terra e não pretenderam submetê-la a normas fixas. Misturaram-se à terra, ao indígena, ao negro. Foi um domínio mole e brando. Os indivíduos agiam isoladamente. Se se uniam era por razões afetivas e religiosas, não por interesse racional. Sua fraqueza foi a sua força, isto é, eles venceram porque não tentaram impor seu modo de ser. Aliás, o seu modo de ser era a plasticidade. Os negros vieram acentuar essa sua tendência à não cooperação e à não imposição. Os negros são motivados também por afeições, são suaves, dengosos, açucarados, sensuais, sedutores, sentimentais, pouco violentos. São também anti-sociais. Os holandeses fracassaram na colonização dos trópicos por não serem tão plásticos. Os europeus do norte são incompatíveis com os trópicos - são racistas, metódicos e trabalhadores. Eles não suportaram “psicologicamente” a tarefa da colonização.

Eis o que significa ainda ser “neoportuguês”: os brasileiros agem de forma mais “aventureira” do que como “trabalhadores”. A agricultura não é planejada, aparelhada, metódica e racional - é uma depredação da natureza, um esforço para colher sem plantar. Tudo se faz com desleixo e abandono, sem projeto e sem método. Os brasileiros não se associam por interesses racionais, mas pela festa, na bebida e na comida, na religiosidade. E os

negros só fizeram acentuar esta disposição portuguesa nos brasileiros, ao invés de marcarem uma diferença que alterasse o perfil do brasileiro em relação ao do português. Esta plasticidade aventureira tem suas vantagens, mas certamente não conduz à construção de uma sociedade marcada pela organização, pela associação, pelo planejamento, pelo método. Esta plasticidade foi essencial aos portugueses para o seu sucesso colonizador. O sucesso dos brasileiros poderá ser feito com esta mesma plasticidade, isto é, com esta disposição de se abandonar ao que vier, de não se impor ao exterior, transformando-o, construindo-o? A forma portuguesa de “criar um mundo nos trópicos” é recomendável aos brasileiros que querem criar um “novo mundo nos trópicos”? Mais uma vez, S. B. de Holanda se opõe à continuidade do Brasil-português. Ele só está tratando desse passado para que os brasileiros compreendam como eles não deverão construir a sua nova sociedade.

Portanto, com aquelas disposições psicológicas mencionadas e com um espírito aventureiro, os ibéricos desembarcaram na América. Colonizadores aventureiros, como este povo meio europeu, meio africano se estabeleceu em suas colônias? Aqui, no capítulo três, intitulado “Herança Rural”, S. B. de Holanda começa a distinguir os portugueses dos espanhóis. Se na península eles podiam ser descritos de forma comum, na América, em razão do que encontraram e das condições geográficas e climáticas de seus territórios coloniais, eles se distinguirão. Os portugueses estabeleceram uma colonização de raízes rurais. A vida colonial portuguesa se concentrará no campo. Só após 1888 as cidades predominarão. De 1850 a 1888, deu-se a passagem à urbanização, à cultura das cidades. O Brasil viveu uma febre de reformas neste período. Após o fim do tráfico negreiro houve uma efervescência especulativa. S. B. de Holanda salta para o século XIX, quando as cidades abriram um novo mundo, sem entretanto romper com a tradição. A “mudança” na vida brasileira ocorrerá após 1850; ali estão as raízes da “revolução brasileira”.

Mas, S. B. de Holanda, no capítulo três, estava falando ainda da tradição, ele ia ainda falar do colonizador português instalado no campo... e saltou para o século XIX, tal o seu desejo de romper com a tradição. Para ele, enquanto perdurassem os padrões econômico-sociais-culturais coloniais, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiais. Na vida colonial, cada Casa Grande era uma república. Não havia vida comum, mas particular, no melhor estilo ibérico. No mundo rural brasileiro,

onde o colonizador aventureiro português se instalou, vive uma família dilatada com o poder do *pater familias* também dilatado. A família era fechada, imune às mudanças que vêm de fora. O pátrio poder é ilimitado e inabalável. Tirânico, sem freios. O quadro familiar é tão forte que persegue os indivíduos fora de casa, na cidade. Nossa vida pública, social e política, é marcada pela família rural colonial. Esta oferece a idéia mais moral de poder, de responsabilidade, de obediência, de coesão. Predomina, então, em toda a sociedade sentimentos próprios à comunidade doméstica, particularista e anti-política. Há uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

Após 1850, com o crescimento das cidades, o fim do tráfico negreiro e as atividades financeiras, esta vida rural tradicional sofreria a pressão da mudança. Os fazendeiros temerão o predomínio das cidades e das instituições de crédito. O Brasil se dividiu em dois mundos que se hostilizavam cada vez mais, duas mentalidades que se opunham como ao racional, o tradicional, como ao abstrato e cosmopolita cidadão, o regional e paroquial. Mas, o Brasil escravista estava despreparado para mudanças radicais. Os setores retrógrados resistiram e buscaram um equilíbrio com o novo emergente. S. B. de Holanda se impacienta! Ele gostaria de falar de mudanças profundas! Mas o patriarcalismo e personalismo vigentes as abortavam. Os partidos políticos eram vistos como "famílias políticas", onde vínculos afetivos e pessoais uniam chefes e demais membros. Mesmo as novas cidades se contaminaram com a vida tradicional. Ali também o "talento", a "inteligência" eram valorizados contra o trabalho técnico e manual. A "inteligência" era sinônimo de discurso fácil, com palavras "difíceis" (raras), com citações em latim, francês. A "inteligência" era ornamento, prenda, e não esforço de conhecimento e ação.

A burguesia urbana adotou atitudes peculiares do patriarcado rural. As cidades ainda dependiam do campo, sofriam a sua ditadura. Na colônia, as poucas cidades eram administradas e dominadas pelos senhores de terras. No século XIX, as cidades ameaçam romper com a ordem tradicional. Mas, sem muito sucesso: estão contaminadas pela mentalidade rural. O predomínio do ruralismo foi mais uma influência negativa da colonização portuguesa. Em todo lugar é o contrário que ocorre: o campo é que depende das cidades. Aqui, os portugueses criaram um mundo invertido onde as cidades estão dominadas pelo campo. E não foi uma imposição do meio, que não agiu como força centrífuga. Foi

a maneira e estilo português de colonizar - sem normas imperativas, cedendo às conveniências, sem planejar e construir. Além disso, ele não encontrou metais preciosos cujo movimento o obrigasse a criar uma administração mais rígida e próxima.

Ser neoportuguês significa também isso: ser rural, ser familiar, desinteressar-se pela vida pública e viver na autarquia da Casa Grande, com uma identidade afetiva, privada, longe da cidade, isolado de todos. A justiça é familiar, o poder é o do Pai/Senhor, ilimitado. Os partidos políticos são cópias da vida familiar - um chefe e seus agregados e escravos, que devem ao primeiro incondicional lealdade. Esta sociedade familiar resiste à mudança que vem de fora. Ela vive em um tempo com um ritmo eterno.

A colonização portuguesa não foi urbana porque edificar cidades é uma manifestação do espírito e da vontade, coisa que os portugueses não conheciam. Para os colonizadores, em geral, a constituição de cidades é um decisivo instrumento de dominação. O poder se organiza burocraticamente nas cidades. Quanto mais livres das cidades, mais autárquicos são os domínios rurais. Os espanhóis, que também possuíam inicialmente o “espírito ibérico comum” tal como S. B. de Holanda o descreveu, agora, possuem um espírito voluntarioso e racional e realizaram uma colonização urbana, diferentemente dos portugueses. A metrópole espanhola impôs-se à colônia com a criação de núcleos urbanos cuidadosamente planejados e construídos. O Estado interveio com mão forte - não se confundiu com a paisagem natural, como os portugueses. As cidades espanholas têm traços retos, voluntariosos, e são instaladas no interior. Universidades foram fundadas. Aqui, os espanhóis reproduziram o seu método de ocupação das terras ibéricas reconquistadas aos infiéis. Nas cidades espanholas, exprime-se a idéia de que o homem pode intervir no curso das coisas e de que a história pode ser dirigida e produzida. Os espanhóis queriam fazer do país ocupado uma extensão do seu.

Quanto às cidades portuguesas, confundiam-se com o relevo e a paisagem. O empreendimento português parece tímido e condenado ao fracasso, comparado com o espanhol. A colonização portuguesa é simples local de passagem - as cidades são litorâneas. Os portugueses evitam adentrar o sertão e até proibiam tal entrada. Primeiro, era preciso ocupar e defender o litoral. Os bandeirantes desafiaram tal orientação e representaram uma primeira expressão de autonomia. Só depois do descobrimento das minas é que Portugal decidiu intervir em sua

colônia, de forma repressiva, policial, menos para estabelecer algo duradouro do que para extrair o máximo de riqueza. Os espanhóis vinham para ficar; os portugueses para se enriquecer e voltar. Os espanhóis são mais repressores; os portugueses, mais liberais. Os portugueses são frouxos, indisciplinados. As casas de suas cidades são dispostas segundo o capricho dos seus moradores. Tudo é irregular. Não há uma vontade criadora, construtora. A colonização portuguesa foi orientada pela rotina, com desleixo, com abandono - “deixe estar”, “não vale a pena”! Não transformaram a realidade. Aceitavam a vida tal como ela vinha, sem impaciências e ilusões. A expansão portuguesa foi comedida, prudente: uma navegação de cabotagem na costa da África. A expansão espanhola foi ousada - a ação de Colombo foi de um atrevimento inigualável. A ordem do português é a do “semeador”: sem trabalho, sem plano, sem método. Eles não querem dominar o curso dos eventos, modificar a ordem natural. A ordem do espanhol é a do “ladrihador”: o oposto.

S. B. de Holanda surpreende nesta altura da sua argumentação. Ele falou no início de uma “identidade ibérica”, uniforme e homogênea. Agora, comparando as colonizações portuguesa e espanhola ele distingue o que antes apresentara unido. Por outro lado, não haveria razão para surpresa, pois o seu método é o de identificar as diferenças, as singularidades. Primeiro, ele diferenciou a península ibérica no contexto europeu; agora, ele a diferencia internamente, comparando as “culturas” portuguesa e espanhola. A “expressão” que cada uma deu à sua colonização revelou muito do seu caráter particular. O tipo de colonização que empreenderam serviu para a melhor diferenciação e definição dos espíritos português e espanhol.

Segundo ele, o caráter espanhol é dominado por uma fúria centralizadora, codificadora, regulamentar. Por que a diferença do “espírito ibérico” ficou mais visível na América? Embora apenas de forma alusiva, S. B. de Holanda sugere algumas razões. Diferentemente de Portugal, a unidade espanhola foi tardia e difícil e ainda hoje não se completou. A Espanha é ainda um país desunido e sob constante ameaça de desagregação. Expandindo-se, os espanhóis querem tudo controlar e regular. Esta talvez seja uma das razões da fragmentação da identidade ibérica nas colônias americanas. Outra razão seria o clima: eles escaparam do clima tropical, nos Andes, e quiseram construir aqui uma extensão da metrópole. Há outras razões também fundamentais para esta fragmentação do “espírito ibérico” colonial: os

espanhóis encontraram muita prata, imediatamente, e as cidades foram construídas para o controle mais rigoroso da sua extração, circulação e tributação; os espanhóis encontraram sociedades mais bem estruturadas, o que exigiu maior controle; o catolicismo espanhol era inquisitorial e intolerante, levando a uma ética mais rígida e a uma cultura menos plástica. S. B. de Holanda realiza uma análise comparativa das colonizações espanhola e portuguesa, que revela uma descontinuidade da “alma ibérica”. (Peixoto (1991))

Quanto aos portugueses, a sua unidade política foi precoce e conseguiram uma certa homogeneidade étnica com a expulsão dos mouros. O realismo e naturalismo de Portugal vêm desta unificação concreta e precoce. Ela explica também o seu natural conservadorismo, o “desleixo”, o “deixe estar”. Eles não arquetam o futuro, não sujeitam a história a leis rígidas, pois já domesticaram a sua história. Os portugueses, S. B. de Holanda afirma em *Visão do Paraíso*, não descrevem a sua descoberta em um tom maravilhoso e misterioso. Pareciam indiferentes ao exótico, ao espetacular. Sua esperança de grandes riquezas é mais comedida, com uma noção mais nítida das limitações terrestres e humanas. Os portugueses preferem mais a tradição e o crível do que a imaginação. Aderem ao real e ao imediato, observadores minuciosos, pragmáticos. Realistas, desencantados, por isso menos audaciosos. Aceitam o mundo tal como os sentidos o apresentam. Os outros povos colonizadores são mais fantasiosos. Colombo era um sonhador. O espanhol criou muitos mitos sobre o novo mundo: uma geografia fantástica, que incluía o “Paraíso Terreal”, com vegetação sempre verde, primavera constante, aves coloridas e variadas, povoado por gente simples, inocente e boa. As “visões do paraíso” dos espanhóis eram delirantes, fabulosas.

Nosso mundo neoportuguês, rural, também é pouco voluntarioso, determinado, audacioso. As elites brasileiras tratam o Brasil como os conquistadores portugueses: conquistam a sua população e depredam a natureza. Até parece que não vivem aqui, que estão de passagem, que querem ir para outro lugar e que acreditam que irão, depois de ficarem ricas aqui. Não há planejamento da ação, não há uma elaboração antecipada do futuro que se quer construir. Tem-se uma sociedade que se ergue naturalmente, sem vigas e esteios, sem regras gerais, com “desleixo” e “deixe estar”. Na história não se intervém. Ela não pode ser transformada, produzida. As coisas são como são e “não vale a pena” impor-lhes uma vontade transformadora. Se, no início, S.

B. de Holanda tratou com um certo desprezo o espírito ibérico em geral, agora o desprezo é concentrado no caráter português, na sua estratégia de colonização. Os espanhóis, S. B. de Holanda os olha agora com admiração - são audaciosos e racionais, construtores de um mundo centrado em cidades, com universidades, controlado do interior e não do litoral.

A cada passo do seu pensamento sobre o passado brasileiro, uma idéia se impõe progressivamente: o mundo que o português criou não pode mais influenciar o presente e o futuro do Brasil. Os brasileiros precisam esquecer as suas raízes ibéricas e o melhor modo de esquecê-las é conhecê-las em toda a sua precariedade como projeto social. Os que imaginam que uma volta à tradição ibérica seja a única defesa possível contra a nossa desordem, erram redondamente. Nossa anarquia vem de lá, nossa desordem é tradicional. Será legítimo retornar ao passado para melhor organizar a sociedade brasileira? Não nos interessa mais ser organizados por caudilhos e ditadores. O modelo do poder patriarcal, onde predomina a autoridade indisputada dos senhores/pais sobre uma sociabilidade familiar/afetiva, não devemos ter saudade dele. A família rural colonial não deve continuar sendo nosso modelo moral de poder. Precisamos romper com nossas raízes ibéricas. Aqui, aparece claramente a diferença de S. B. de Holanda em relação a Varnhagen e G. Freyre e a sua aproximação de Capistrano de Abreu. Freyre tem nostalgia da família rural, do Estado patrimonial, do mundo português.

A vida política do Brasil independente foi dominada pelo mundo familiar rural. Entretanto - e aqui aparecem as suas leituras de Weber sobre o Estado, a administração pública, os tipos de dominação, o conceito de patrimonialismo e de racionalidade, a fragmentação da sociedade em esferas diferenciadas e tensas, cada uma com a sua lógica específica - a lógica da esfera familiar não é a mesma da esfera política. O Estado não é um prolongamento da família, mas descontinuidade e até uma oposição. São esferas sociais essencialmente diferentes. No Estado mora o cidadão, indivíduo público, com deveres e direitos, submetido a leis abstratas, impessoais, racionais, gerais. Na família mora o indivíduo privado, corpóreo, afetivo, concreto, pessoal. O Estado é a vitória do universal e abstrato sobre o particular e concreto. A ordem familiar é abolida em uma transcendência. Mas, no Brasil neoportuguês não é assim. A família é mais forte do que o Estado e o controla. A família forte é um obstáculo à constituição do Estado moderno. Aqui, não há separação entre a esfera pública

e a privada. No Estado patrimonial neoportuguês a gestão pública é assunto de interesse privado das famílias. Os funcionários desse Estado exercem as suas funções “pessoalmente”: perseguem, promovem, premiam, bloqueiam. O recrutamento dos servidores depende da confiança pessoal ou sabe-se lá de que outro elemento afetivo e não da competência e eficiência.

Falta ao Estado brasileiro neoportuguês a organização impessoal e burocrática. A burocracia estatal não é organizada racionalmente, para se obter maior agilidade e eficiência, mas com uma lógica familiar, para acolher e proteger familiares, amigos e clientes. Ao invés de servir à agilidade e eficiência, a burocracia, por seu gigantismo e despreparo técnico, serve à lentidão, à inoperatividade administrativa. A administração pública não se interessa por questões objetivas, pois está dominada por questões privadas, afetivas, pessoais. A vida familiar é um empecilho à vida social fundada em princípios abstratos. A educação familiar cria inadaptados em uma sociedade moderna. Os filhos são mais aptos para ela quanto mais distantes da família, quanto mais desprotegidos por ela. Portanto, incapazes de distinguir o público do privado, os brasileiros neoportugueses transformam o Estado e os partidos políticos em assuntos de chefes familiares.

No mundo social, nas relações exteriores à família, circula um “homem cordial”: hospitaleiro ou agressivo, amigável ou hostil, generoso ou mesquinho, amigo eterno ou inimigo terrível, dependendo de pequenos detalhes da relação pessoal. Este “tipo cordial”, bem adaptado ao brasileiro neoportuguês, trata desconhecidos como se fossem irmãos, primos, agregados e até escravos... Seu comportamento social, objetivo, é afetivamente transbordante, subjetivo. A ele opõe-se o “tipo cortês”, ao qual os japoneses se adaptam melhor: ritualístico, polido, reverente, distante. O brasileiro é um anti-japonês. O “homem cordial” quer ser íntimo, que ser “amigo”, não quer ficar sozinho. Ele tem horror às distâncias e se elas existem concretamente ele simplesmente as abole. Por exemplo: na expressão religiosa, torna-se íntimo de Cristo e dos Santos; na relação com os superiores, torna-se logo discípulo, seguidor, fiel... Ele reivindica um superior “bacana”, “gente fina e boa”, “simples e humilde”, isto é, próximo e pessoal. Este “homem cordial” está longe de aceitar uma ordem coletiva impessoal, legal. Ele é individualista, indisciplinado. Quando é intelectual, nutre-se de idéias contraditórias e acredita em todas e defende todas. Ele prefere as teorias mais sistemáticas, dogmáticas,

que oferecem um ilusório repouso espiritual. A personalidade cordial está pronta para obedecer cegamente ao líder carismático, à idéia sistemática. Não importa se falam da realidade! Aliás, é até melhor que não falem! Ele está pronto a assimilar qualquer idéia, desde que exposta em uma “relação cordial”, isto é, de coração a coração, afetuosa ou agressivamente.

Leite contesta S. B. de Holanda quanto à tese da “cordialidade” brasileira, afirmando que esta talvez possa existir entre os membros das elites como uma expressão de “igualdade” entre eles. Entre “diferentes”, senhores e escravos, brancos e negros, haveria “paternalismo” e não cordialidade. (Leite (1983)). Entretanto, S. B. de Holanda poderia argumentar que o “paternalismo” seria a expressão da “cordialidade entre diferentes”. A diferença é então vivida afetivamente: senhores e escravos, brancos e negros, apesar da enorme distância social entre eles, se relacionam “cordialmente” - amam-se e odeiam-se. A cordialidade não se retringiria, portanto, às relações pessoais no interior das elites, mas seria uma característica da sociedade brasileira em geral. A “cordialidade” não se confundiria também com “bondade”, “generosidade”, “afabilidade”, como a entendeu Cassiano Ricardo. Ser “cordial”, segundo S. B. de Holanda, é agir e reagir em sociedade segundo os ritmos do coração, da afetividade, sem se deixar dominar por regras sociais, impolidamente.

Para sustentar esta tese, além de se referir à “alma ibérica”, S. B. de Holanda enfatiza o peso das relações familiares no Brasil colonial, do isolamento rural, da ausência de espaço público, cosmopolita, como nas cidades. A vida social colonial esteve reduzida à vida familiar, que é regida pelo coração. Essa condição cordial não seria um modo eterno e ahistórico do “ser brasileiro”. Pelo contrário, ela seria definida pelas condições históricas da vida brasileira rural e colonial, que estariam sendo gradualmente superadas.

O sentido e os ritmos da “Revolução Brasileira”

Até aqui, e estamos no 5º capítulo, intitulado “O Homem Cordial”, S. B. de Holanda descreveu as origens brasileiras, o Brasil português. A partir de agora, ele se dedicará à descontinuidade, à ruptura com este mundo tradicional. Ele falará dos “Novos Tempos” do Brasil e da “Nossa Revolução”. Este tempo novo, revolucionário, ele constata que o Brasil já o vive. S. B. de Holanda não está propondo uma revolução a ser feita

no futuro. É claro que ele espera uma aceleração do processo que já ocorre. De qualquer maneira, ele não está falando da revolução brasileira completamente incrustado no mundo tradicional, cercado pela tradição portuguesa. Ele se refere a ela de dentro dela, em plena transição revolucionária. Ele está cercado pelo passado/velho e pelo futuro/novo. Ao escrever *Raízes do Brasil*, S. B. de Holanda pretendeu oferecer a consciência da revolução que o Brasil vivia aos brasileiros, revelando a eles de que mundo vinham e a que mundo tendiam, esperando com isso levá-los à ação, à produção mais vertiginosa da mudança.

Segundo ele, o Brasil vive uma lenta revolução: ele transita de uma sociedade rural, regida por privilégios, familiar, "natural", para uma sociedade urbana, mais abstrata e regrada, artificial. Aparece gradualmente a possibilidade de rompimento com o estatuto colonial e seu modelo agro-exportador e a realização do desenvolvimento independente apoiado na cidade e na indústria, que incorporaria novos contingentes da população à cidadania. Esta transição leva o "homem cordial" a uma crise - ele a teme e evade-se. A nossa revolução liquida o passado, adota o ritmo urbano e propicia a emergência de camadas oprimidas da população, únicas capazes de revitalizar a sociedade e dar-lhe um novo sentido político. Ela significará a ruptura com as oligarquias rurais e o advento de novos sujeitos urbanos. Este processo revolucionário é lento e longo: começou há muito e está longe de terminar. Suas principais datas: 1808, 1822, 1850, 1870, 1888, 1889, 1930... A continuidade dos padrões coloniais viu-se ameaçada pela primeira vez quando da vinda da Família Real. Alguns centros urbanos cresceram, mas sem ameaçar ainda o poder dos senhores rurais. Ali abria-se um novo horizonte para o Brasil.

As mudanças começaram, então. Acabou-se o ufanismo, os elogios e relogios ao Brasil neoportuguês. A realidade começou a ser a "dura e triste realidade", que precisava ser alterada e não enaltecida. A abolição do tráfico, a imigração, o fim da Guerra do Paraguai, a Abolição da escravidão e a República acentuarão esta revolução lenta, sem episódios notáveis. O centro da mudança são as cidades. O sentido dessa revolução: do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura, da recusa da herança portuguesa, para a inauguração de um estilo novo de vida social, talvez, "americano" - S.B. de Holanda estaria propondo os Estados Unidos como modelo da sociedade urbana a ser construída no Brasil? Ou se refere a um estilo de vida especificamente "brasileiro",

“americano”, sem contaminações ibéricas? O sentido preciso desta passagem da obra nos escapa. O que fica claro é que “americano” quer dizer “sociedade urbana”, anti-ibérica e não rural. Ou “sociedade capitalista”, urbana, do tipo norte-americana. Iberismo e agrarismo se confundem. Quando o mundo rural começou a desagregar-se, decaiu a influência portuguesa. “Americanismo” e urbanismo se confundem. Quando o mundo das cidades começou a ascender, ascendeu a “influência americana”. Neste mundo americano-urbano-capitalista atuam personagens racionais, modernos, produtivos, cosmopolitas, extra-familiares. É um mundo de direitos e não de privilégios, de regras universais e não de exceções afetivas. Na transição brasileira, o palco da história é invertido: no passado, as cidades se subordinavam ao campo; no presente-futuro, o campo será mero abastecedor das cidades.

Entre 1850 e 1888, este processo se acentuou em São Paulo com o surgimento de um novo cafeicultor: morador da cidade, considerando a sua fazenda uma “empresa agrícola”, seu meio de vida, e não uma forma de vida, uma baronia. O surgimento deste novo sujeito com seu empreendimento agrícola industrial, que começou a substituir a mão de obra escrava pelo imigrante livre, acelerou um pouco a mudança. Durante a República, a urbanização progressiva, contínua, avassaladora, fortalece novos sujeitos sociais e silencia os homens do Império. Mas, o Estado Republicano ainda tem mais ou menos a mesma estrutura do Imperial, apesar de não possuir mais a mesma base social. O Estado brasileiro é uma estrutura distante da sociedade e nele as mudanças sociais repercutem com algum atraso. Além disso, ele reprime toda expressão espontânea. A vida política se separa da vida social, ou melhor, impõe-se sem admitir contestação à vida social. A lei é uma abstração - belos princípios importados que cabem mal na realidade brasileira. A vida política oscila entre um “liberalismo autoritário” e o “caudilhismo” - S. B. de Holanda quer acelerar a “revolução brasileira” e se impacienta com esta distância entre Estado e sociedade e com as opções limitadas de mudança.

Para ele, não haveria revolução social plena no Brasil enquanto não se liquidassem os fundamentos personalistas e aristocráticos, ibéricos e rurais, em que se assenta a nossa vida social. O processo revolucionário consiste na lenta dissolução das sobrevivências arcaicas da velha ordem colonial e patriarcal. O Brasil vive entre dois mundos: um que ainda não morreu e outro que luta para vir à luz. Aqui, S. B. de Holanda se define politicamente com

nitidez: ao invés de lutarmos por um personalismo contra outro, ele propõe, lutemos por princípios liberais e democráticos. O Brasil precisa de uma boa revolução vertical que traga à tona elementos mais vigorosos, substituindo os velhos e incapazes. De que maneira? A revolução, que deve ser vertical, no entanto, deve incluir alguns indivíduos das classes superiores, que ainda têm homens de bem, apesar das suas faltas e defeitos. A sociedade foi mal-formada nesta terra, desde as suas raízes. As classes cultas estão isoladas do resto da nação não por culpa sua, mas por desventura sua. (p.135) Os operários são sujeitos e ignorantes, mas são fisicamente superiores às elites e poderiam sê-lo mentalmente também, se tivessem acesso aos meios.

Os portadores do passado ibérico certamente reagirão a esta revolução vertical que os expurga. Ela é necessária, no entanto, pois com a cordialidade não se funda um mundo democrático. Entretanto, um mundo democrático não exclui totalmente valores cordiais. No Brasil, são inconsistentes os preconceitos de raça e cor, recusamos toda hierarquia muito rígida, somos cada vez mais urbanos e rejeitamos a violência. Estes valores "cordiais" são também democráticos. Poderia haver uma articulação entre os sentimentos do homem cordial e as idéias da democracia liberal. Não podemos trocar simplesmente o nosso "ser cordial" por esquematismos rígidos e impessoais. Não podemos ignorar o nosso ritmo espontâneo próprio. O que não podemos fazer é nos abandonar a ele. O espírito só é força normativa quando serve à vida social e lhe é adequado. A organização da sociedade deve ser um contorno feito à sua feição. Não se fará uma sociedade democrática com uma "engenharia social", a partir de fora para dentro, reprimindo a nossa espontaneidade cordial. (Filho (1987)). Nossa realidade contraditória precisa ser incluída de alguma forma na construção de nossa sociedade democrática.

S. B. de Holanda parece se definir, nos anos 30, como um democrata liberal - ele defende a "felicidade para o maior número" (ele até cita o utilitarista Bentham. p.139). Para ele, nosso mundo cordial, que prefere, exclui, cria exceções, fere o princípio jurídico da neutralidade democrática. O ideal humanitário é impessoal: "amor para o maior número". Ele se revela, portanto, liberal-democrata, inspirando-se nas burguesias revolucionárias francesa e norte-americana. Ele acredita nos valores da cidadania e do individualismo "norte-americano-capitalista", ele quer para o Brasil uma "constituição" que dê estabilidade às relações sociais, que as discipline e organize de forma universal, abstrata, racional, neutra, impessoal.

Entretanto, teses como “felicidade para o maior número”, “amor para o maior número”, “direitos civis para o maior número”, “estrutura social que integra e não exclui”, “mundo social submetido a regras impessoais e universais” são também teses socialistas, de um “socialismo democrático”, pioneiro em um mundo dominado pelo modelo soviético super-autoritário. Em suas intervenções políticas concretas, em suas raras intervenções na vida pública - ele não gostava de interferir de um modo geral - ele assumiu posições “socialistas”: candidato a vereador pelo Partido Socialista, simpatizante do Partido dos Trabalhadores. Esta sua vontade de “não interferir” pode parecer escapismo, omissão em relação às lutas públicas, expressão de um certo conservadorismo. Por um lado, deve ser isso mesmo: ele talvez tivesse um temperamento mais recolhido e frágil, contemplativo; por outro, revela um espírito basicamente não autoritário. A história pode ser produzida, mas deve ser sobretudo “acompanhada”. É preciso “dar tempo”, “esperar” que os processos efetivos encontrem suas próprias soluções e não “precipitar-se”, isto é, impor autoritariamente soluções. Um “socialismo democrático” possui seus princípios, seus sentimentos, suas aspirações, mas possui também um certo respeito pelos processos efetivos, pelos fatos, isto é, pelas soluções encontradas pelos próprios sujeitos do processo histórico. A intervenção na história se faz sob a forma do diálogo - há uma escuta atenta, um acompanhamento respeitoso dos homens que buscam soluções concretas para os seus conflitos e a apresentação de sugestões, de interlocução, de orientações, que podem ou não serem absorvidas pelo processo efetivo.

Esta sua característica revela ainda a sua formação weberiana: ele distingue a atividade do cientista das paixões do cidadão e não permite que estas se imponham ao pensamento, levando-o à precipitação, ao esquematismo autoritário, a juízos de valor, quando se trata de conhecer a realidade que se apresenta. Ela revelaria também, ironicamente, e certamente contra a sua vontade, aquilo que ele mais critica, contesta e quer superar: a raiz ibérica do “deixe estar”, “não vale a pena”, a “história, não se faz”!... E deve ser por todas estas razões e por outras ainda, considerando-se que um indivíduo “são vários”. Escolher uma delas seria simplificá-lo, reduzi-lo a um aspecto exclusivo da sua complexa e sofisticada personalidade.

O aspecto que nos interessa, aqui, no entanto, é o do “redescobridor do Brasil”, o S. B. de Holanda que reinterpreta o

passado e vislumbra um novo futuro para o Brasil. Para ele, uma intervenção democrática na história pressupõe o respeito pelos seus ritmos específicos, exige uma reflexão sobre o tempo que a constitui e a cadencia. S. B. de Holanda tem uma concepção historicista do tempo histórico. Seu tema é a singularidade brasileira, que ele considera ainda desconhecida nos anos 30, pois pensada até aí com idéias importadas e inadequadas. Os brasileiros vivem no Brasil mas não se localizam bem, pois, quando pensam, reproduzem abstrações, repetem idéias adequadas a outro lugar e não as usam para se conhecerem. A idéia tem de ser a expressão de um lugar histórico, de um mundo social singular vivendo as suas continuidades e mudanças. Ele procurará adequar seu pensamento ao tempo histórico brasileiro. Sua reflexão pretende se referir ao Brasil, ao seu passado e futuro, à sua realidade vivida, às suas mudanças e perspectivas. Em *Raízes do Brasil*, seu tema é o futuro democrático do Brasil, que será uma novidade, uma mudança substancial em relação ao seu passado. No tempo brasileiro ele enfatiza a “mudança” e não a “continuidade”. A sociedade não está dominada pelo passado, pela tradição, não está submetida a determinismos de nenhuma espécie e não está, portanto, condenada a repeti-lo, a continuá-lo.

Mas, o passado não se abole com um golpe de ficção. Não se muda só porque se “quer mudar”. A mudança é um esforço, um trabalho penoso, uma construção difícil, tensa. A tradição resiste ao novo - há uma luta de vida ou morte entre os homens do passado e os homens do futuro. A configuração destas lutas sociais é singular, isto é, cada sociedade articula velho/novo de uma maneira particular. Cada sociedade possui seu próprio ritmo de mudança e é tarefa do historiador compreender estes mundos vividos concretos, específicos, únicos. Só a história permite compreender singularidades.

O ritmo da mudança brasileira é lento, secular - desde as rebeliões do final do XVIII, desde 1808/22 até hoje e ainda não se concluiu. Sem eventos espetaculares, isto é, sem acelerações bruscas. S. B. de Holanda ora se impacienta ora aceita este ritmo; ora se exalta com as forças retrógradas ora se inclina à lógica do tempo brasileiro. Embora fale de “revolução brasileira”, seu estilo é ameno, brando. Não se percebe ódio contra as classes dominantes, que apesar de seus defeitos e erros, “ainda possui homens de bem”. (p.135) As elites estão isoladas da população não por culpa sua, mas por “desventura sua”. (p.135) A sociedade

brasileira formou-se mal, pois a colonização portuguesa foi desastrosa. Ele só é mais severo em relação aos colonizadores portugueses e ao mundo familiar luso-brasileiro colonial. Mas, sem ódios e ressentimentos, a revolução não deverá ser feita contra as classes superiores, mas deverá incluí-las. Seu estilo não é “conciliador”, entretanto, pois ele quer de fato a mudança. Mas, se possível, sem violência, sem crimes políticos, sem queda no irracionalismo. As soluções que ele entrevê são “racionais” - sua intenção é aproximar mais a população das elites, as idéias do lugar brasileiro, o Estado da sociedade civil. Esta “aproximação”, que igualaria mais, que tornaria a sociedade brasileira mais homogênea, mais justa, mais integrada, será a grande mudança revolucionária.

Poderá ela ser feita racionalmente, isto é, pelo diálogo, em plena ordem democrática, sem violência? Aqui aparece uma certa fluidez em sua reflexão sobre o Brasil. Quem seria o sujeito desta mudança? As “cidades”, o “homem urbano”, a “mentalidade urbana” são idéias muito vagas. A urbanização em si, as atividades desenvolvidas na cidade, o padrão urbano de vida, em geral, os tipos humanos da cidade imporiam a mudança apenas com o seu desenvolvimento e predomínio? Para Ianni, S. B. de Holanda pensa a história do Brasil na perspectiva do Rio de Janeiro, da capital do país, do Estado Nacional, do todo visto a partir do centro político e cultural. (Ianni 1989 e 1994) Na nossa perspectiva, S. B. de Holanda parece falar do Brasil do ponto de vista do homem médio urbano, do comerciante, do funcionário público, do profissional liberal, empresários, operários, enfim, do homem livre da dominação do senhor rural. Este homem não precisa do senhor rural para viver, ele encontrou outras atividades e relações nas cidades. Seu objetivo é libertar todos os brasileiros daquela dominação rural. Mas, quanto à estratégia, aos meios, ao “quem fará isso?” concretamente, S. B. de Holanda não oferece precisões. Ele apenas constata que há uma revolução ocorrendo no Brasil e que seu palco são as cidades.

Raízes do Brasil é otimista, renova a esperança no Brasil. A libertação da dominação tradicional, a reaproximação do Estado da sociedade, a criação de novas formas de convívio, com novos valores, que é possível, realizável e não uma utopia inalcançável, abre o horizonte do Brasil à democracia. Para ele, o historiador deve ter a sensibilidade das inquietações presentes, buscar conhecer as suas raízes, para libertar o presente do passado que o inquieta e bloqueia. O historiador oferecerá o conhecimento

dos obstáculos que impedem a renovação. Para isto, ele deverá descer ao real, ao vivido, à sua “historicidade singular”, às suas mudanças singulares, para compreendê-las em uma relação de conhecimento estreita, íntima. A história não é permanente, pois não submetida a leis. Ela é um conjunto de durações diferenciadas: o historiador realiza a descrição da mudança das sociedades humanas, pronuncia o humano no tempo, o que foi e não é mais. A identidade histórica não é constituída pelo congelamento do passado, por uma homogeneidade artificial. A “identidade histórica” é constituída em cada presente, em uma relação de recepção e recusa do passado e de abertura e fechamento ao futuro.

Se se olha o Brasil com este olhar, “as cores voltam ao seu rosto”, o seu horizonte se colore em múltiplas tonalidades. A realidade brasileira foi e é “horrorosa”, mas o Brasil não está condenado a ser sempre como foi. Aliás, ele constata, a mudança já está ocorrendo e há muito. Se for melhor conhecida, poderá ser melhor produzida e acelerada. Capistrano tinha razão quando via esta mudança se realizando já a partir do século XVII, mas não tinha razão de terminar o século XVIII pessimista quanto às suas possibilidades. Digamos que Capistrano tematizou a mudança no período colonial, do XVI ao XVIII; S. B. de Holanda retomou o mesmo tema a partir de 1808 e o trouxe até os anos 1930. Se em Capistrano o “espírito brasileiro”, portador da mudança, se exprimiu no sertão, contra o litoral português, em S. B. de Holanda este espírito vai ser continuado nas cidades, contra o mundo rural português, e inclusive contra o sertão de Capistrano, ainda muito ibérico, familiar e católico. A mudança em S. B. de Holanda se radicaliza e se amplia, o horizonte brasileiro se abre e o seu espírito se enche de otimismo.

Raízes do Brasil é um clássico que repercutiu pouco, afirma Carlos Guilherme Mota. Talvez, pelo seu estilo mais erudito e refinado, que fala da revolução brasileira sem esquematismos, palavras de ordem e sem ressentimento. Talvez também por não identificar com mais precisão o “sujeito” desta revolução e não estimular nenhum setor da sociedade em particular na sua realização. Talvez também por sua tendência a “não interferir” de forma mais peremptória na realidade social. Talvez ainda por ser mais uma “interpretação do Brasil” do que uma proposta de “transformação do Brasil”, “quando cumpre transformá-lo”. Talvez, finalmente, por escrever sobre o Brasil para as suas elites iletradas e “exiladas em sua própria terra”, que desprezam e não

lêem livros escritos em língua portuguesa e os autores brasileiros, e para uma população dominada pelo analfabetismo e pela herança do “deixe estar” portuguesa. *Raízes do Brasil*, talvez, e ainda, tenha repercutido pouco por suas virtudes - um texto sofisticado, erudito, pouco acessível, embora pareça fácil. Apesar de suas virtudes, o livro manteve a distância, que criticava, entre a idéia e o seu lugar, embora apresentasse uma das idéias do Brasil mais adequadas à sua realidade. F.H. Cardoso o considera uma miniatura de pintor, que revela mais pelas minúcias do que pela obra como um todo. É um livro moderno, democrático, otimista, crítico e sensível. (Cardoso (1993))

S. B. de Holanda não tem razão quando afirmou que considerava o seu próprio livro “superado e plenamente datado”, ensaístico, meramente interpretativo e não uma pesquisa rigorosa e exaustiva. (Vários Autores (1992) : 21) Primeiro porque, superados e datados são todos os clássicos da historiografia brasileira e nem por isso deixam de ser “clássicos” - datados, são superados-conservados, dialeticamente, perduram, atravessam as épocas; segundo, porque ensaios e interpretações históricas são extremamente importantes para a pesquisa rigorosa e exaustiva posterior: eles são seminais, oferecem idéias, sugestões de pesquisa monográfica e oferecem uma síntese, uma visão global, que têm um valor inestimável, mesmo que instáveis, lacônicas e precárias. Aliás, uma síntese não é feita para fechar ou encerrar um debate - ela o abre e orienta, ela é uma referência, um interlocutor, um quadro teórico. *Raízes do Brasil* abriu e orientou um debate fecundo sobre o passado e o futuro do Brasil; tornou-se uma referência, uma interlocução, um quadro teórico indispensável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIDO, A. “O Significado de Raízes do Brasil”. In: Holanda, S.B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1976.
- CARDOSO, F.H. “Livros que Inventaram o Brasil” In: *Novos Estudos*, n. 37. São Paulo : CEBRAP, 1993.
- CHACON, V. *História das Idéias Sociológicas no Brasil*. São Paulo : EDUSP/Grijalbo, 1977.
- _____. *G. Freyre, Uma Biografia Intelectual*. Recife/São Paulo : FUNDAJ/Massangana - Editora Nacional, 1993.
- _____. “Uma Weberiana Brasileira”. In: BENDIX, R. *Max Weber, Um Perfil Intelectual*. Brasília : EUB, 1986.

- CORREA DIAS, F. "Presença de Max Weber na Sociologia Brasileira Contemporânea". In: *Revista de Administração Pública*, vol. 1, n. 4. Rio de Janeiro : FGV, jul-ago/1974.
- DIAS, M.O. Introdução In: *S.B. de Holanda*. SP : Ática, 1986 (Grandes Cientistas Sociais).
- FILHO, G.A. "As Raízes de Raízes do Brasil". In: *Novos Estudos*, n. 18. São Paulo : CEBRAP, 1987.
- HOLANDA, S.B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 17. ed., 1984.
- IANNI, O. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- _____. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo : Ática, 1989.
- IGLÉSIAS, F. "Sérgio Buarque de Holanda, Historiador". In. *3º Colóquio sobre S.B. de Holanda (UERJ)*. São Paulo : Imago, 1991.
- LEITE, D.M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo : Pioneira, 1983.
- MOTA, C.G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-74)*. São Paulo : Ática, 1978.
- REIS, J.C. "O Historicismo. Aron versus Dilthey". In: *A História, Entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo : Ática, 1996.
- VARIOS AUTORES. *Semana S. B. de Holanda/USP*. São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1992.
- WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*, 2 vol. São Paulo : Cortez, 1992.

